

OLHARES DOCENTES

Educação e gestão escolar quilombola: refletindo limites e possibilidades¹

Antônio Jeovane da Silva Ferreira²

O reconhecimento dos direitos étnicos das comunidades quilombolas ou ainda dos “*remanescentes de quilombo*”, tal como destaca a Constituição Federal de 1988, trouxe à baila na sociedade brasileira um conjunto amplo de discussões jurídicas, políticas e inclusive acadêmicas que (re)lançaram um olhar sobre as especificidades destes atores sociais, seja em uma perspectiva identitária, territorial, cultural entre outras. Desta forma, o entrelaçamento dos elementos supracitados serve de alicerce para fundamentar um modelo de educação, neste caso quilombola, que por sua vez leve até a sala de aula a história singular de cada comunidade, bem como das memórias de seus “*troncos velhos*”, além dos saberes e fazeres ancestrais, concomitantemente com a trajetória de luta e resistência negra no Brasil.

Nesta perspectiva, a escola, assim como a sua gestão, ocupa um papel muito pertinente ao ser fonte primária para uma educação que valorize as identidades brasileiras, tal como a quilombola, ao mesmo instante em que contribua para emancipar e descolonizar toda uma trama secular pautada em um discurso colonizador que deprecia e/ou inferioriza a (s) história (s), o (s) saber (es), a (s) cultura (s), enfim, toda uma conjuntura ampla que configura a base identitária da população africana e afrodescendente, o que por sua vez se reproduz no ambiente escolar – o que necessita, celeremente, ser combatido.

Apesar dos grandes avanços alcançados através das ações de resistência e enfrentamento político-social do movimento negro brasileiro, resultante, por exemplo, na *lei 10.639/2003* – que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino – ou ainda do *Estatuto da Igualdade Racial*, que por sua vez aglutina um conjunto de políticas objetivando a promoção da igualdade racial, é um desafio constante da população afrodescendente/quilombola ter suas especificidades reconhecidas, a exemplo da própria educação. Portanto, o reconhecimento destas demandas implica diretamente sobre a pluralidade identitária brasileira, que dá o suporte necessário para desconstruir, ao mesmo instante em que ressemantize, as bases tradicionais e eurocêntricas cujo ainda se alicerça, particularmente, o sistema educacional brasileiro.

¹ Trabalho realizado no âmbito do Curso Educação e Gestão Escolar Quilombola pelo Programa de Formação Continuada de Docentes, Pesquisadores e Representantes de Movimentos Sociais, promovido pela Revista África e Africanidades, no segundo semestre de 2017.

² Bacharel em Humanidades e graduando em Antropologia, ambos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).